



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 2006

### Acta n.º 8

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Julho do ano de dois mil e seis, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, no Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte de Julho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 27/04/2006; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do projecto de Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição de serviços de manutenção e conservação dos campos de futebol municipais da Quinta da Palmeira na freguesia de Albufeira, da Nora na freguesia de Ferreiras e da Guia na freguesia da Guia - Concurso Publico; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação da escritura publica de aumento de capital social-subscrição de acções do "Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D.", nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de reconhecimento de interesse público municipal - Empreitada Sistema de Drenagem de São Rafael. -----

**PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José

Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

O membro, Berto José Rita Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, chegou pelas 21:45 horas. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, António Gonçalves, Marlene Pisco e Carlos Quintino, e não permanência, Fernando Anastácio e Mário Alves. -----

**FALTAS:** Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e Francisco José Pereira Oliveira. ----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira e Euridice Eugénia Mendes Vieira foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Ana Cristina dos Santos Vieira e Nelson António de Melo. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão. -----

#### PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Margarida Ramos de Carvalho - Boa noite, ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, aos Srs. Deputados municipais e ao Sr. Presidente da Câmara. O que me trás aqui hoje é ainda a capacidade que nós temos, enquanto cidadãos, de protestar, de nos indignar, por algo que acontece neste concelho. Eu tenho uma casa em Albufeira, há trinta e tal anos, quando muitos dos Senhores ainda não existiam possivelmente, numa zona histórica de Albufeira, o chamado centro Histórico de Albufeira, Rua Cândido Reis, n.º8, 1.º Esquerdo. E o que me trás aqui hoje, para além da indignação do que se passa naquela zona é colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara e depois uma advertência aos membros desta Assembleia. Sr. Presidente, a questão é tão simples quanto isto (quero uma resposta muito concreta e quero que fique gravado em acta, porque as coisas não vão ficar por aqui, portanto, eu estou desde já a colocar-me com toda a lealdade): Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, quando é que mandou a sua fiscalização para o ruído daquela rua? Como é possível transformar o centro histórico de uma cidade, quando em toda a parte do mundo se tenta reabilitar os centros históricos? Eu só pedia ao Sr. Presidente da Câmara que visse o Bairro Alto, em Lisboa, ou vá a Marbelha à zona histórica, onde porta sim, porta sim, são bares, onde as pessoas podem tranquilamente usufruir daquilo que é seu. Quando é que a fiscalização desta Câmara foi verificar o que se passa naquela rua até às quatro da manhã? A partir da meia-noite, nenhum daqueles bares está legal. Aqueles bares não têm insonorização. Aqueles bares têm as colunas encostadas às casas habitáveis e mais, aqueles bares intimidam as pessoas. Eu não tive medo antes do 25 de Abril, não é agora que tenho, mas quando alguém daqueles bares, me disse a mim e ao meu marido "quem não está bem muda-se", alguma coisa vai mal em Albufeira. Eu não me vou mudar.

Todos os meus amigos abandonaram o prédio e eu vou ficar, porque eu sei quais são os meus direitos e, se esta Câmara não actuar, como deve fazer e como a Lei a obriga, Sr. Presidente, vamos assistir a transformar a zona nobre de Albufeira num "farwest" qualquer. Sr. Presidente, eu agradecia que num dia que tivesse menos trabalho, se dignasse, a partir das duas horas, passar na Rua Cândido Reis e verificar o que se passa. É a marginalidade total. É de manhã sairmos da porta e termos a rua coberta de garrafas e lixo. É assim que quer estar no "ranking" das melhores praias portuguesas e internacionais? Esta é a pergunta e quero que o Sr. Presidente me responda muito honestamente e diga como é que é possível, depois daquilo tudo que ali se passa e que tem vindo a piorar ano após ano. Eu todos os anos venho para a minha casa e nem que tenha que a fechar, não vou ceder a qualquer malabarista que apareça por Albufeira com os bares! Podem dar muito dinheiro à autarquia, mas não dão, concerteza, qualidade de vida, que esta terra já teve e que me fez apaixonar por ela e fazer dela a minha segunda cidade. Sr. Presidente, abriu há dias, um novo restaurante, um novo bar, com licença da Câmara para estar aberto até às quatro da manhã, isto é possível? Como é que é possível, esse mesmo bar, ocupar já mais de metade da via pública que devia ser para os peões (quando estiver pronta, não sabemos quando). Realmente se vamos discutir o que se passa em Albufeira, desde as placas de granito que não têm nada a ver com o Algarve, às palmeiras que são vegetação dos trópicos, mas não é isso que venho aqui discutir. Eu quero essa resposta muito clara, Sr. Presidente o que é que vai fazer? Que compromissos estão feitos para que isso possa acontecer? Quando abrem as janelas, não têm os bares insonorizados e transformam aquilo numa zona de marginalidade. A segunda questão, é dirigida a esta Assembleia e, eu já fiz parte de muitas Assembleias em Coimbra, de onde sou. A minha pergunta é, se esta Assembleia tem cumprido o papel fiscalizador, a que é obrigada? Obrigada. -----

Manuel Nascimento - Apresenta a sua intervenção (doc.1). -----

( doc. 1 )

## Por Albufeira

Dados os seguintes vinte pontos (entre outros mais, possíveis):

1- A inacreditável destruição (só vendo!...), com falsos pretextos, do terço central do nosso Passeio Marginal (em lugar de viabilizar todo o mesmo até ao seu antigo término, nas grutas junto ao Mar, como Albufeira deseja);

2- O bárbaro, e culturalmente terceiro mundista aniquilamento - perpetrado sob os antigos arruamentos - de boa parte do substrato arqueológico da zona do Castelo de Albufeira (incluindo cerca de duas dezenas de silos/cisterna e sepulturas, alguns com mais dum milénio, e da pavimentação típica com calçada com regueira ao meio da zona), para construir um pomposo e desnecessário sistema separativo de esgotos, cujos fundos roços, abertos com largueza em estreitas ruelas, em caso de sismo põem em risco a estabilidade das velhas edificações da área.

3- A descaracterização da bela arriba dourada do Pontão ao Inatel, com falsos pretextos de segurança (forma de fugir à constante limpeza e manutenção que qualquer arriba em praia frequentada requer, e que continua a ser necessária), e o emporcalhamento da praia anexa com detritos (terriço, pequenas pedras, e pedras não roladas perigosas na rebentação) que prejudicam a qualidade do que foi um bom e abrigado areal; o que incluiu a tapagem de inofensivas grutas a betão forrado a pedra (pretextando falsamente insegurança, quando a própria Câmara tem um alto Pontão de terra com escasso meio metro de fecho no ribeiro junto ao Centro de Saúde, e ele suporta perfeitamente trânsito pesado há mais duma década, e as grutas têm uma dezena de metros de pedra em cima como fecho, o que é centenas de vezes mais resistente, e sem fissuras que permitam detectar a criação de parábolas de descarga natural...), e a meio da arriba um horroroso desnecessário e mal concebido muro de suporte (a substituir uma inofensiva, por estabilizada e não utilizada escombreira, bem integrada na paisagem), muro forrado a pedra, com metade da pedra de cor dissonante maquilhada meio a disfarçar a tinta de água, e uma descontinuidade de perfil que afecta dinamicamente a sua resistência. E quando na arriba foram deixados lixos de vários tipos, bem visíveis.

4- A total incompreensão da importância básica das nossas arribas e da manutenção da sua beleza natural, como imagem de marca na génese do nosso turismo, e no peso que ainda hoje Albufeira tem no contexto económico nacional, traduzida até, além do estúpido tapamento de grutas e rasoamento de irregularidades, na prioridade dada aos arruamentos cimeiros a elas anexos, e à vegetação aí mantida (e à agora plantada), incluindo o seu encharcamento periódico com abundantes regas (cemitério) e esquecendo o papel desmontante do seu raizado. E, quando belas Arribas são património raro, e arruamentos há muitos, e as suas funções são substituíveis "ali ao lado", e não atraem turismo!...

5- O desnecessário esventramento de todo o Centro de Albufeira em mais de meio ano (na zona do Castelo vai para dois anos de caricata ineficácia), com o pretexto de tornar o esgoto separativo, quando depois das pomposas e suadas obras, continua a correr trampa, desleixadamente bem visível, meses a fio na Praia do Peneco no grande colector de águas pluviais na Bateria; e quando com o desnecessário e indesejável entulhamento quase total do velho colector tripartido da rua do Cinema (uma estupidez que só serviu de pretexto para o inútil revolver de toda a zona, e o esgoto separativo podia ser aí criado de forma muito mais simples e económica), se geraram saídas inexplicáveis e tempestivas de esgotos de águas negras por várias caixas aquando da última (curta) chuvada, quase nas barbas por escassas horas do Ministro da tutela em visita (que pena é que não tenha desfrutado o prazer da vista e do cheiro dos altos geigers aí gerados para incrédulo gáudio de atónitos turistas e residentes).

6- A incrível destruição da vegetação da Meia Laranja, substituída por uma diáfana exposição de esparsas e descaracterizantes "vassouras" (palmeiras de tipo e porte desconhecido, plantadas sem fio de prumo e dissonantes, e raquíticas magnólias, duas delas já mortas), e do

incrível abate, puramente estúpido, duma árvore que demorara mais de 40 anos a fazer-se, a arocária de S. Sebastião, substituída por uma inexplicável bateria de desnecessários bancos, como que uma fingida e inexistente “paragem de autocarros”, rodeados de enfezadas plantazecas...

7- O geral abaixamento de qualidade do tipo de toda a pavimentação Polis aplicada em relação à anterior, e que inclui a substituição em larga escala de bons pavimentos em calçada à portuguesa em bom estado (Rocamar, e Avenida do Fundo do Barranco, e quando há, próximo, muitos deles perigosamente escorregadios, como na zona da R. Direita, e da do MFA a precisar de manutenção...); e calçada típica de regueira ao meio, por: cimento de garagem de aspecto terceiro mundista, com juntas de esferovite tapadas a incrível e irregular pasta quase goma de mascar; lajedo de calcário branco bem frágil e incrivelmente emporcalhável; lajedo cinza de siénito, mal assente, dissonante e amiúde lascado, e que quebra por mal aplicação; e inaceitáveis pinturas sobre asfalto, a vermelho de ambiente de tourada marialva... e tudo já totalmente manchado e sujo, em níveis inaceitáveis de desmazelo, ou lascado; e calçada de pedra miúda mal assente, a descascar e sem desenhos; e incrível ripado caça beatas nas juntas, em madeira... É só folclore!... Que falta de visão, Desidério!... E com traçado planimétrico desrespeitador da naturalidade com que Albufeira encantou todos para o Turismo, socorrendo-se agora o Polis ao invés, no desenho, não da curva natural adaptada à topografia, mas da antinatural linha recta, de contornos poligonais absurdos, brigando amiúde com os limites do arruamento, descaracterizantes, pseudo modernos, dissonantes e impróprios numa terra com o peso turístico, e os muitos milénios de coerente continuidade, como Albufeira.

8- A total falta do mais elementar planeamento em relação ao desenvolvimento de todas as obras em curso, onde reina o atabalhoamento, o “faz e parte” porque se esqueceram de algo, ou houve descoordenação de empreitadas, um autêntico caos antinatural, em ambiente de autogestão, e que levou à colocação, por atrasos (e face à pressão de turistas a circular numa paisagem esburacada, tipo guerra do Líbano), de grandes áreas de pavimento provisório(!...), atabalhoadamente assente, e a ser substituído a curto prazo.

9- O total desprezo em relação aos inconvenientes económicos que as malfadadas obras, e os seus atrasos, incluindo o do seu lançamento, criaram em toda a população e utentes e turistas da área da antiga Vila de Albufeira, acrescido de quedas de turistas em buracos, carrinhos de bebé aos tombos entre sinuosos percursos improvisados de gravilha, maus cheiros de esgotos a céu aberto em época turística... dezenas de estabelecimentos fechados meses a fio... pó por todo o lado, à mistura com uma paisagem de ruídos e de máquinas em operação entre grandes buracos... e uma ineficácia gritante!

10- A total estupidez do sistema montado de recolha superficial de águas pluviais, com calhas inexplicável e irritantemente enviesadas, tornadas meras peças decorativas e não funcionais, colocadas por certo por quem projectou sem nunca ter visto chover... em locais cimeiros até, e mal orientadas, outras de secção anedoticamente insuficiente como na rua do antigo Cinema, e que, com a tendência geral deste Polis para elevar a cota base dos pavimentos em relação à anterior (e para a eliminação total do abaulamento de arruamentos, de valetas, e de passeios sobre-elevados, todos esses elementos funcionando como antigos e bem testados disciplinadores de escorrências), e com insuficiente pendente de pavimentos, chegando nalguns casos erradamente a inverter mesmo a pendente desejável (como junto aos restaurantes da zona Poente da meia Laranja), levam à incrível escorrência de águas para dentro de edificações, e à formação de mini charcos a meio de arruamentos. Para lá de se notarem, já, saídas de mau cheiro de calhas mal sifonadas.

11- O incrível novo Largo da Meia Laranja, que toda a Albufeira repudia (excepto talvez meia dúzia de donos das imensas esplanadas dos restaurantes periféricos...), esteticamente muito pior do que o jardim anterior: com arborização deprimente; um empedrado base fúnebre, e que por ter muito maior capacidade de reter e emitir calor, prejudica o microclima local, a ponto de já ser localmente conhecido como “a frigideira”; e que dificulta, pela sua forma poligonal estranhamente elevada embora sem criar condições cénicas, o atravessamento da Praça. E funcionalmente muito

mal concebido, onde o mais simples evento gera pontos de conflito de todos os níveis, por indefinição de circuitos pedestres; e se transformou numa briga cacofónica dos imensos ruídos que cada um dos estabelecimentos aí localizados, a quem é permitido “berrar” mais alto que aos outros, acrescidos dos próprios “barulhentos eventos públicos desidéricos” (que à míngua de qualidade se esmeram no barulho), aí geram a despica de quem mais polui sonicamente.

12- O esbanjamento de dinheiro da Câmara, visível: nos vários empreendimentos que promove, nas barulhentas pseudo bandas de intranquilizadores ruídos, até nas Lilis que cá convoca; na necessidade, agora criada, de várias vezes por semana criar e desmontar imensos palcos para duvidosos eventos; no que esbanja na sua quota parte de investimento neste mal fadado Polis, quando tanto há a fazer no resto do Concelho e na zona da antiga Vila; e nas obras da Circular.

13- O reforço dos riscos de cheia em todo o centro de Albufeira, mercê do somatório de vários erros base: na abertura dum canal de mais fácil acesso às escorrências torrenciais do nosso Barranco, representado pela actual cota acessível às águas, muito mais baixa em relação à anterior, na passagem de peões sob a rotunda da Circular; na redução da capacidade de deságua do colector de águas do Barranco, na Meia Laranja, com o incrível atravessamento deste pelo cano de águas negras, uma solução que nem ao diabo lembraria (e ela só por si demonstra o enorme desnoite em todo o sector, e o espírito de “salve-se quem puder” dominante, em lugar da utilização de técnica capaz...); o entulhamento, tecnicamente inexplicável e absurdo, quase total do antigo cano tripartido da rua do antigo Cinema (que dava uma ajuda à eficaz escorrência das enxurradas do Barranco, e desviava do Peneco quando dos pequenos caudais); a criação de facto (inadvertidamente?!), duma “barragem” na saída de enxurradas na zona do Cais, no fim do nosso leito de cheias de triste memória, com a manutenção do nível de saída do Pontão da Praia dos Barcos, e a eliminação da actual saída de emergência, prevista no projecto da futura Praça no Cais dos Pescadores, e exactamente quando a existência aí duma barragem foi já responsável pelas piores cheias de Albufeira. Agora, quem não aprende com os erros do passado, nem ouve ninguém, reconstitui metodicamente, uma a uma, as causas de cataclismo (e quando todo o Centro da antiga Vila está hoje repleto de lojas, e de inúmeras caves bem recheadas, e os valores em jogo, materiais e humanos, são elevados).

14- A forma inaceitável como estão a ser introduzidas, atabalhoadamente, restrições ao trânsito, ao estacionamento, às cargas e descargas, e ao transporte público, antes da rede de parques de estacionamento estar totalmente implementada, o que paralisará em grande parte Albufeira, tornando-a local de indesejável acesso e permanência; e cria indesejáveis pontos de conflito nas ruas secundárias que, na ânsia de libertar as principais para o peão, estão a ser utilizadas para ir “desenrascando” com formas impossíveis de suportar.

15- A forma emporcalhada como o ineficaz desenvolvimento das obras e a falta de limpeza que as acompanhou tem afectado o ano turístico e a imagem de Albufeira, desde as praias (lixo e grafitis) aos arruamento, e arribas (como sempre aliás cheias de sacos de plástico, restos de construção e demais lixo, mesmo a intervencionada). É aliás notório que a caricata função principal das dissonantes balaustradas de vidro criadas sobre arriba, (dado que por deficiência de estrutura são altamente perigosas ao encosto, oscilando fortemente como a de S. Sebastião, ao mais pequena pressão, o que pode pôr em risco os seus utentes) é a de mostrar o lixo que imediatamente sob elas é bem visível. Mercê talvez do prolongado das obras, mas também em todas as zonas não intervencionadas, a limpeza de arruamentos mostra-se bastante deficiente. É notório que durante a época turística, em que o movimento nas ruas à noite é intenso, dá muito mau aspecto a essas horas existirem em muitas delas contentores de lixo amplamente trasbordantes e fedorentos, à espera da madrugada. O seu horário de recolha tem de ser revisto.

16- Foram utilizados altos degraus, inadmissíveis em zona pública tanto no Castelo como na Meia Laranja.

17- Esperemos que não se confirme a boataria da incrível demolição para breve do Inatel, pois, com tal além do mais destruiriam o microclima da praia e da esplanada anexa, muito



concorrida por acolhedora até de Inverno, abrindo um canal ao desaconselhável vento Norte; e o, a todos os títulos estúpido, enchimento da nossa Enseada com areia, uma barbaridade que acabará com o seu equilíbrio paisagístico, e com Albufeira como estância turística de nível europeu, como acabou com a qualidade na antiga “menina bonita do Algarve” a Praia da Rocha (e que não aumentará a capacidade de recepção dos areais, pois ninguém ocupa os espaços afastados do mar, até na actual zona mais funda da Praia do Peneco!...), e que inevitavelmente o Mar, como em Vale de Lobo o faz, engolirá breve, com risco de assoreamento, com um forte Levante, do Porto de Abrigo e dos acessos à Marina.

18- Tudo isto faz pensar que todos os restantes assuntos concelhios estão a ser geridos da mesma forma atabalhoada, negligentemente dispendiosa, e tecnicamente incorrecta, além de gritante falta de controlo evidenciada, e que a gestão camarária seguinte, se vai ver a braços com uma herança de graves problemas a resolver, entre os quais avultará a emenda do grosso das asneiradas Polis, pomposamente introduzias como grandes obras, mas que são nefastas ao bem concelhio.

19- O incrível desmonte, autorizado, duma “pedreira”, e ainda por cima em plena época turística, bem no meio da Rua do MFA, que emporcalha de forma imensa toda a zona com um ensurdecador ruído meses a fio, e muito pó, ecoando numa imensa zona duma dezena de hectares, e que tem afectado nessa vasta área fortemente o aluguer turístico (e que seria impensável, impossível até, nos tempos da gestão Xufre).

20- Somado à responsabilidade acumulada ao longo do mandato do ex-Presidente Catuna, gestão que Desidério viabilizou com a aceitação do cargo de vereador permanente, tornando-se assim totalmente co-responsável por todos os erros do seu antecessor (que Albufeira tão espontânea e drasticamente penalizou eleitoralmente!...), gestão responsável pelo pequeno e muito mau Porto de Abrigo, pela fraquíssima e dissonante Marina, a colocação dum impressionante volume de entulhos nos nossos melhores pesqueiros no nosso Mar fronteiro; a destruição paisagística da nossa melhor e emblemática Praia, a do Peneco; o dispendio absurdo do Parque Infantil da Ladeira Branca...

O que denota uma incompreensão básica de Desidério Jorge da Silva em relação a Albufeira; e o acreditar em todas as patacoadas que forças exteriores aos interesse concelhios lhe impingem, desprezando ao invés a opinião pública concelhia, considerada antidemocraticamente “travão” ao seu falsamente iluminado futurismo; e uma gritante falta de conhecimentos técnicos que lhe permitem aceitar por bons, projectos de execução totalmente inaceitável, e nunca integral e explicitamente submetidos, em versão final de execução, a um verdadeiro e democrático debate público...

Venho por este meio exigir, em nome da opinião pública local, a imediata demissão de Desidério Jorge da Silva de todos os cargos concelhios que ocupa, **por total incompetência para o desempenho dos mesmos** e desadequação em relação às aspirações de Albufeira.

### **E afinal, o PolisAlbufeira... O que é isso?! :**

É uma completa trampa!!!... um “anti-poema” negro...

Uma má maquilhagem... um enredo... forte trapaça,

Um completo logro democrático... alimentado pelos burocratas.

Um tosko Carnaval, sem ideias... uma paisagem cinza e vermelho, de inferno...

Imposta à multimilenar Vila Branca em Mar e céu azul... de arribas e areias doiradas,

***Um grande festival de loucos...*** quimera de Sancho Pança...

Um abafado dia nebuloso, de tempestade... que não passa... Um vômito, já sujo, um nojo!

Forma ávida do fraco “Poder” cobrar subsídios à riqueza, à Europa... sem pejo, ou asco,

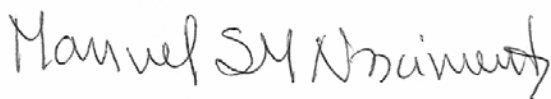
e “nas tintas” para nós... ***à custa da qualidade, da esperança,***  
da destruição íntima da Albufeira em nós... ***da Albufeira de sempre,*** perene...  
e nela, do seu belo, do belo eterno com que a Natureza a fez!

O PolisAlbufeira tem de ser repensado, por forma a minimizar os seus já bem visíveis nefastos danos. O Polis tem de ser referendado pela população directamente afectada. Albufeira tem de ser indemnizada fortemente pelo Estado do mal que os poderes públicos lhe tem ultimamente infligido. Se vivemos realmente num Estado de Direito, e em verdadeira Democracia, e não num fingimento que só nos sabe fazer escorregar cada vez mais para a cauda da União Europeia e do Mundo civilizado, que seja Albufeira a decidir o que lhe convém, e não políticos de ocasião, que hoje estão e amanhã não são ninguém!

Albufeira não aceita menos que Muito Bom para si, tanto mais que a sua elevada captação de Euros turísticos (entre 300 a 400 milhões de antigos contos por ano) é fundamental para o País. Esse “peso” económico não permite ao longínquo Estado, coadjuvado por um incompetente Desidério local, autoridade para brincar aos aprendizes de feiticeiro com a nossa vida!

Que, quem possa, me corrija no que afirmo; e quem não possa, nos deixe de vez em paz!

**Pois Albufeira...É nossa!**



Manuel S.M.Nascimento

Município, Arquitecto, ex-Vereador, ex-membro da Assembleia Municipal de Albufeira

O Presidente da Assembleia pergunta se mais alguém do público quer intervir. Não havendo mais intervenções por parte do público, passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder aos munícipes. -----

Presidente da Câmara - Boa noite à mesa, aos deputados municipais e a todos os munícipes. Em relação à intervenção do arquitecto Nascimento, extensa e obviamente cheio de razão naquilo que diz no âmbito de arquitecto, há pontos que concordo consigo, mas pela generalidade e termos que usou referir, obviamente que será objecto de análise e não será objecto de resposta, porque os pontos são muitos e como deve calcular é impensável dar aqui resposta a todos eles. Relativamente à da Sra. D. Margarida Ramos de carvalho, que me pediu uma resposta concreta e objectiva, estamos a falar de uma rua que, com virtudes e defeitos, está sujeita a um horário que está em vigor há cerca de dez anos. Não é um horário recente. Os horários de estabelecimentos e similares, têm como base um regulamento que vem de 96/97, em que está lá claramente definido que, os horários dos bares de Inverno são até às três da manhã, de verão e fins-de-semana da Páscoa são até às quatro da manhã. Entretanto há diferença entre aquilo que é o horário, o ruído, a questão da via pública e daquilo que é toda essa incomodidade. A Câmara Municipal tem procurado encontrar formas de minimizar esses incómodos, daí, há cerca de três ou quatro anos teve de formar técnicos com o objectivo de fazer as medições. Passados o tempo da formação, esse técnico acabou por sair da câmara e essas medições e trabalho, tem sido feito em



conjunto com a Direcção Regional da Energia. Essa Direcção tem o feito, a pedido de determinados moradores e em locais onde as queixas são mais evidentes. Neste caso concreto, em relação à Rua Cândido Reis, este ano, ainda não foi feita nenhuma medição. Este momento estamos a preparar um documento, com os técnicos que têm trabalhado nesta matéria, com o objectivo de identificar e ao mesmo tempo exigir o cumprimento da Lei. Esse documento, penso que sairá na segunda-feira. Há aqui duas questões que têm a ver com o ruído proveniente dos estabelecimentos e o ruído na via pública e fora dos horários normais. Aqui à responsabilidade da autarquia, mas também há responsabilidade daquilo que é o uso e o abuso da insegurança e eventualmente aquilo que são os excessos fora dos estabelecimentos e como sabe, essa competência é das Forças de Segurança. São duas questões completamente distintas. Estou de acordo e entendo e é por isso que ontem e ainda hoje, estivemos a trabalhar com o objectivo de notificar pessoalmente cada um dos estabelecimentos e exigir o cumprimento da Lei, face às normas em vigor. Alguns já têm tido essa sensibilidade e outros vão, concerteza, ter que o fazer. Utilizou um termo "que compromissos é que estão a ser feitos", digo-lhe, olhos nos olhos, não há compromisso com ninguém no sentido de os deixar funcionar assim, há apenas um histórico desta cidade, que tem infelizmente razões, que nem tudo é positivo, há questões menos positivas e, eu acredito e aceito que o ruído é uma das questões mais complicadas de gerir e além da Cândido Reis, temos também a Sá Carneiro, que é outra das zonas que nos preocupa, porque tem a incomodidade de quem lá reside e a escolhe como destino de férias. Portanto, o que está aqui em causa, é exactamente esse equilíbrio. Nesse contexto e tendo em conta a sua intervenção e obviamente aquilo que estava previsto, vai ser feito um despacho com um objectivo muito claro, de que sejam cumpridas todas as normas e regras. -----

Margarida Ramos de Carvalho - É para dizer que não é verdade. Como lhe disse, vivo naquela casa em período de férias, há trinta e tal anos. Não é verdade que a hora de encerramento tenha sido às quatro da manhã, primeiro ponto. Segundo Ponto: O Sr. Presidente tem de ter consciência, se andou a gastar dinheiro de todos nós para preparar técnicos e eles se foram embora, só tem que preparar outros. Terceiro ponto: O Sr. Presidente sabe melhor do que eu, porque exerce estas funções, que a Lei obriga, ao passar uma licença, que ela tenha as condições de insonoridade. Nenhum daqueles bares tem essas condições e portanto, a Câmara tem autoridade e com o acréscimo que lhe foi dada pelas novas leis do Ambiente, para mandar fechar. Nunca o fez! Quanto aos desacatos na via pública, eu no ano passado, e a Guarda Republicana tem-no registado, chamei-a dez vezes, durante o mês de Julho. E o que é que se passou? Eles vêm-nos sair (ouvem a patrulha), avisam-se uns aos outros e o som desaparece, depois a patrulha afasta-se e eles, na maior galhofa, voltam. Sr. Presidente, isso não é maneira de tratar as pessoas que pagam a sua contribuição autárquica e os seus impostos, de que as Câmaras também beneficiam, que eu saiba vão buscar exactamente o dinheiro. Quando eu falei (e não foi insinuação nenhuma) em compromissos, na verdade eles pagam mais do que eu, concerteza, mas não pagam quando, por exemplo, a Câmara permite que num espaço onde cabem duas mesas,

colocarem dez ou doze. Eu tenho de afastar a mesa e pedir aos clientes, para sair da minha própria casa. Sr. Presidente, isto não se passa em mais parte nenhuma do país. Tenho muita pena, gosto muito desta terra e acho que ela não merece o que está a acontecer. Agradeço a sua afirmação, para a semana então vamos ver, eu cá estarei. Se não, tenho muita pena, mas espero as horas que forem precisas para o Sr. Presidente me receber, para lhe dizer o que aconteceu. Obrigada. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica disponível para consulta, por parte dos membros da Assembleia. -----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao Período da Ordem do Dia. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 27/04/2006; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (0) -----

Abstencões: uma (01) Berto Palma -----

Votos a favor: vinte e três (23) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**Não estavam presentes na sala dois membros, Ana Vieira e Francisco Guerreiro.**

## PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do projecto de Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Não foi assente, mas posso falar. Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de fazer parte desta Comissão. Julgo que ela funcionou dentro do possível, apesar de ainda não ter uma cultura de trabalho em Comissão, mas acho que é um princípio. Sobre o trabalho da Comissão, ela apresenta cinco pontos de alteração, que foram consensuais. Dos cinco pontos, quatro dos quais nós apresentamos as propostas, mas de qualquer modo fica há quem daquilo que gostaríamos que fosse. Nesse sentido, esta proposta é um pouco vaga. Seria mais pertinente começar com outra metodologia, fazer uma exposição sobre aquilo que achamos do regulamento. ----

No art. 2º, onde diz: "*nos limites da sua área de jurisdição*" a Comissão apresenta a proposta para ser retirado, na medida em que o fornecimento sai fora da sua área de jurisdição. -----

No art. 5º, ponto 2: "*a CMA poderá estabelecer protocolos com outras entidades ou associações de utentes, nos termos da Lei.*" Quando sugeri que deveria ser retirado, não foi assim entendido pelos meus colegas. Achamos que fica por esclarecer o que se pretende, quais protocolos, porque razões. Fica aqui uma indefinição que achamos que deveria ser definida, para termos uma certeza maior. -----

No art.7, ponto 25: "*dispor de serviços de cobrança ou mandar terceiros para esse efeito...*" Nós propomos que seja retirado "*terceiros para esse efeito*". -----

No art. 57º, ponto 3: "*Os proprietários ou usufrutuários de prédios com contadores já instalados, à data da entrada em vigor do presente Regulamento, sem as condições referidas nos pontos anteriores, deverão promover a execução de caixas para instalação de contadores nas referidas condições, sob pena de, não o fazendo, a Entidade Gestora executar a obra e debitar o seu custo aos proprietários ou usufrutuários dos prédios*". Esta questão foi debatida em Comissão, concordou-se em o retirar, na medida em que ela não parece constitucional, ou seja, este regulamento não irá para pessoas que terão as situações regularizadas e então foi consensual e vem na proposta da Comissão para ser retirado. -----

No art. 67º, ponto3: "*Nos casos de pequenas alterações das redes de distribuição interior, pode a Entidade gestora autorizar a apresentação de documento onde se indique o calibre e extensão das canalizações interiores que pretendam instalar e o número e localização dos dispositivos de utilização.*" No ponto 4 diz: "*Nenhuma rede de distribuição interior de água poderá ser executada ou modificada, sem que tenha sido previamente autorizada, nos termos do Regulamento*". Ou seja, entra em contradição com o número anterior. Esta questão, na Comissão, não foi consensual e ficou para mostrar que alguns de nós não concordamos com esta situação. -----

No art.68º, alínea I): "*Outros pormenores necessários à boa interpretação do projecto*". Foi por mim apresentada na Comissão e designou-se alterar para "*Outros desenhos de pormenor*", na medida em que, "*pormenores necessários*" é muito vasto e ficamos sem saber do que se trata. -----

No art. 79º, ponto 4: "*Poderão ser elaborados contratos temporários para fornecimento de água para feiras, exposições, parques de diversão, circos, etc., desde que estes eventos estejam aprovados pela CMA*". O "*etc.*", julgo que não cabe bem aqui no regulamento, nesse sentido achamos que deveriam repensar o que poderia ser utilizado no seu lugar. -----

No art. 97: "*Avaliação de consumos*" e art. 98º: "*Correcção dos valores de consumo*". Achamos que o 97º já contempla a incorrecção dos valores de consumo. Ou seja, deveria ser eliminado o 98º e o 97º deveria ser chamado de "*Avaliação e correcção dos valores de consumo*". -----

No art. 100º. Ponto 2: "*Em caso de mora de pagamento, a Entidade gestora notificará, por escrito, o utente para proceder à regularização da situação, concedendo-lhe um prazo para o efeito*". Qual prazo? Não está estipulado! -----

No art. 116º e art. 117º: Achamos que são questões óbvias, logo não achamos necessária a sua inclusão. -----

Tenho dito. Esta é a exposição do Partido Socialista, achamos que há aqui situações um pouco ambíguas. Assim sendo e não tendo sido possível na Comissão acrescentar algumas alterações, nesse sentido o Partido Socialista abstêm-se na votação deste Regulamento. -----

Carlos Gabriel - Fico surpreendido com esta posição. Tendo feito parte desta Comissão, nomeadamente com o membro da Bancada do PS, chegamos ao final, cerca da uma e tal da manhã, com uma proposta de alteração ao Regulamento. Decidimos que era essa proposta que vinha a esta Assembleia para ser discutida, aprovada ou não. Fico surpreendido, agora, quando aparece mais pontos para além daqueles que nós acordamos entre os três. Portanto, estou simplesmente pasmado. Acrescento que não estarei disponível para fazer parte de mais nenhuma Comissão com este Senhor membro da bancada do PS, porque foi tempo perdido. -----

Francisco Calhau - Eu acho que, quando uma pessoa integra uma Comissão e não está de acordo com as decisões da Comissão, só tem uma coisa a fazer, informar que sai da Comissão. Também fico muito admirado, se foi como o que aqui foi mencionado, que se chegue a um acordo na Comissão, não se tome uma posição dizendo frontalmente que se está contra esse acordo e depois se venha aqui apresentar um conjunto de propostas e sugestões que não têm nada a ver com aquilo que foi acordado em Comissão. Se é assim, fico muito espantado. -----

Fernando Neves - Pessoalmente, não considero tempo perdido as horas que nós tivemos reunidos no Gabinete da Assembleia Municipal. Não o considero, porque trocamos impressões, temos alguns pontos consensuais e foi elaborado esta proposta com cinco pontos de alteração, consensuais. Também não considero que foi uma Comissão, digamos que, foi um grupo de trabalho. E a CDU, pôs a sua posição, muito clara, desde o princípio. A CDU está completamente contra a privatização da água e disse-o aos membros do grupo de trabalho. Há outra coisa que a CDU quer aqui afirmar: se neste Regulamento da Água desta Câmara Municipal, chegarmos a um consenso de retirar dois artigos, nós votamos favoravelmente esta proposta de Regulamento, se não forem retirados, votaremos contra! São: o art. 2, n.º3 e o art. 5º n.º 2. Se não forem retirados, não faz sentido da nossa parte, votar favoravelmente este Regulamento, mesmo com as alterações da Comissão, apesar de haver mais ou menos um consenso neste grupo de trabalho. Não vou entrar em polémica, porque a análise feita pelo Ricardo Clemente, os pontos que ele focou aqui, são pontos que ele focou na tal reunião e era a posição do partido Socialista. Também a CDU tem um ponto de vista diferente. Não é, de facto, o documento que nós combinamos. O que o Sr. Ricardo Clemente aqui afirmou, são posições do Partido Socialista, penso eu, ou então individualmente. -----

Ricardo Silva - Eu estou disponível para fazer parte de qualquer Comissão, mas essa não é a questão. Fazendo um pouco a análise da nossa parte, houve uma boa discussão, da qual saíram estes cinco pontos. Ou seja, perante os outros todos que foram apresentados, foram estes os únicos consensuais. Naturalmente que é muito vasto

daquilo que o Partido Socialista quer. Nesse sentido, sou abrigado a apresentar aquilo que vai na alma do partido Socialista relativamente a este Regulamento. Caro colega, não fique admirado com a situação, porque de facto nós trabalhamos, não foi tempo perdido, mas daquela Comissão, o único trabalho possível que saiu, foi esse. Nem eu, nem o Sr. Neves, iríamos tomar uma atitude mais agressiva, para que você aceitasse as nossas propostas. O trabalho feito e possível, é esse que está aí, mas nós queremos mais. -----

Vitor Neto - Eu percebo qual é o problema, porque de facto, Comissões não substituem a Assembleia. Não é obrigatório, as Comissões chegarem a um consenso sobre tudo. É extremamente positivo que tenhamos chegado a um consenso sobre cinco pontos e esses cinco pontos foram apresentados, se nas outras matérias não há consenso e nós consideramos que o espírito de fundo deste documento pode não nos agradar totalmente, não vejo porque isso seja incompatível com o não aprovar individualmente o documento. Pensamos que, deve ser feito um esforço de aproximação, o qual foi feito, se não tivesse sido feito, provavelmente estaríamos contra, assim vamo-nos abster. Quer dizer que não nos opomos a este documento (seria aprovado de qualquer maneira). Eu acho que, o bom espírito democrático, não põe em causa o trabalho que considero positivo, da Comissão. Chegamos a acordo em cinco pontos. Não chegamos sobre dez. Esses cinco são positivos, mas não nos agrada totalmente. Qual é o problema? Não votamos contra, abtemo-nos. Não temos uma posição de contra, temos algumas dúvidas, algumas reservas. Esta é a nossa posição, que é uma posição de bom senso, de aceitarmos do ponto de vista democrático. -----

Francisco Calhau - Eu acho que não estamos a criar polémica nenhuma à volta da questão. O que eu disse foi que na sua intervenção inicial, um membro que integra a Comissão, tomou uma posição pessoal sobre o Regulamento e, não mencionou a sua posição, a favor do consenso geral, dentro dessa Comissão. Isso, deixou-nos um bocado admirados. Chega-se à conclusão então, que há duas posições dentro da Comissão, uma posição do Partido Socialista, mais crítica sobre o Regulamento, mas que depois, também aceita uma posição de consenso dentro da Comissão. Agora, gostávamos de saber, é se efectivamente, o Partido Socialista apoia esta posição de consenso que está em cima da mesa. -----

Carlos Gabriel - O início da intervenção do deputado do Partido Socialista foi errada, na medida em que começou por falar em nome da Comissão e não o podia fazer. Se iam analisar o Regulamento, fazia o seguinte: analisávamos a proposta formulada pela Comissão e a seguir analisávamos o Regulamento. É natural que tenham posições divergentes, como a CDU as tem, o que se passou aqui foi que, quem deveria falar era um representante da Comissão, falou o Ricardo, portanto, a partir desse momento falou em nome da Comissão e, ao falar em nome da Comissão, juntou o nosso trabalho feito em Comissão, com a posição do Partido Socialista. Aí é que está o erro, deveriam ter separado "o trigo do joio". Uma coisa, foi o nosso trabalho em Comissão, outra coisa, é a nossa posição. É aí que eu me sinto insultado, com o tempo que perdi, porque estão a juntar a vossa posição com o meu trabalho na Comissão. A partir do momento

que se separa o trabalho da Comissão com a posição de cada partido, tudo bem, vamos embora. -----

Fernando Neves - Não quero entrar em polémica sobre este ponto, porque nós também temos uma posição. Se for retirado do Regulamento estes dois pontos que nós apontamos, votamos a favor do Regulamento, em caso contrário, votamos contra, apesar de consensualmente no grupo de trabalho, termos estado de acordo com as cinco alterações que aqui foram apresentadas por o grupo de trabalho. Ao pedirmos para serem retirados estes dois pontos e se não houver consenso neste aspecto, eles se mantiverem lá, não faz sentido votarmos a favor destes dois pontos e votarmos favoravelmente aos do grupo de trabalho. Naturalmente, num caso destes (peço desculpa ao Dr. Vitor Neto) a história da abstenção, ou se vota contra, ou não vota. Essa história de se abster. É a minha posição sobre o assunto: não tem nada de se abster, ou se vota contra, ou se vota a favor. -----

Vitor Neto - Em primeiro lugar, eu acho que o deputado Ricardo Clemente, não falou em nome da Comissão. Ele não disse que ia falar em nome da Comissão. Em segundo lugar: quero dizer ao meu colega da CDU que ele que decida lá pelo seu partido e deixe que os outros decidam na sua casa. Cada um tem a posição que tem, não tem nada a ver com isso. -----

Fernando Neves - Apenas dei a minha opinião relativamente à questão. É a posição da CDU, porque não costumo falar individualmente. E respeito a sua posição, assim como a da bancada do Partido Socialista. -----

Ricardo Silva - Não queria entrar em polémica, longe disso. Só queria deixar assente o seguinte: gostei do trabalho, mas há uma pequena diferença, eu sou exigente e gosto das coisas bem feitas e quando vejo que não é possível, muitas das vezes levar a cabo esse trabalho, a exigência e para que fique sempre melhor feito, por vezes consegue-se aquilo que se consegue. Está aí. Ponto final. -----

Fernando Neves - Na reunião do grupo de trabalho não houve problema nenhum, estivemos a conversar, cada um expôs a sua opinião, deu o seu parecer e chegamos a este consenso que está aqui, ninguém pode dizer o contrário. Agora, nós CDU, também achamos que deveriam ser retirados estes dois pontos, porque apontam (podemos estar enganados), para uma futura privatização da água. Sobre este assunto não há mais nenhuma posição, somos contra. Toda a gente sabe disso. A CDU fez uma proposta, se retirarem estes dois pontos, votamos a favor. Não precisam do nosso voto, mas a nossa posição política tem de ser definida aqui. -----

Presidente da Assembleia - Neste art.2º n.º3, quais dos dois n.º3, é que é? Estou aqui a ver dois n.º3. -----

Fernando Neves - *"A água fornecida pelo Município de Albufeira é adquirida nos termos do Contrato de Concessão entre o Estado e a empresa Águas do Algarve, S.A, e nos termos do Contrato de Fornecimento entre o Município e aquela entidade concessionária, pelo tempo que aqueles contratos durarem."* -----

Presidente da Assembleia - E qual é o número seguinte? -----

Fernando Neves - É o n.º3. Tem razão, existem dois números três. -----

Presidente da Assembleia - E o outro qual é? -----

Fernando Neves - É o n.º2 do art.5º. -----

Presidente da Assembleia - É uma proposta? Posso consubstanciá-la como tal? -----

Fernando Cabrita - Eu, á partida também não estou de acordo com a privatização da água. Isto da privatização da água é um problema tão polémico, que uma determinada Câmara do Alentejo, já justificou uma enorme deserção entre o Presidente, que era de facto do Partido Comunista, da CDU, é o próprio partido Comunista. É sabido, veio nos jornais. -----

Fernando Neves - também sabe a resposta que o Secretário Geral do PC deu, sobre o assunto?! -----

Fernando Cabrita - Sei, eu informo-me. O Sr. Fernando Neves e com muito respeito pela opinião dele, torna estas coisas extremamente simples. Ou é preto, ou é branco. Ou se vota a favor, ou se vota contra. Abstenção não é um modo de votar. Estamos voltados para o dilema, para o Califa, relativamente à questão da biblioteca de Alexandria. Estes livros dizem o quê? Dizem: o Alcorão que nessa altura não são precisos, ou então dizem ao contrário do que diz o Alcorão, nessa altura são de facto blasfemos, têm de ser queimados. Portanto, foram queimados. Esta questão de se votar, ou favoravelmente numa, ou forçosamente noutra, é uma maneira demasiado simplista de votar e os meus métodos e penso do partido Socialista, pelo menos enquanto eu me sento neste partido, bem, que as coisas sejam assim consigo, porque elas não são. Eu não vejo grande problema aqui no n.º2 do art.50º, onde se diz que a Câmara Municipal de Albufeira poderá estabelecer protocolos com outras entidades ou associações de utentes nos termos da Lei, isto porque, ainda penso que a Lei está à frente dos Regulamentos. Não temos de ter medo de aprovar um Regulamento que amanhã não esteja em conformidade com a Lei. Se estiver em conformidade com a Lei, é legal, se não estiver, o regulamento está sempre a trás da Lei. Portanto, neste caso, não me faz muita impressão, penso que as entidades, quaisquer que elas sejam, inclusivamente as privadas, podem desempenhar aqui um determinado papel. Isto não significa forçosamente a privatização da água. Quem somos nós, daqui a um ou dois séculos, é capaz de ser. De qualquer forma, acho que a água é um bem público, poderia continuar a ser gerida por entidades públicas. Tudo havia, não penso que isto seja uma manifestação forçosa disso. Também pode acontecer, e aqui dou alguma razão à intervenção do Sr. Fernando Neves, onde se diz que a água fornecida pelo município de Albufeira, é adquirida nos termos do Contrato de Concessão da empresa Águas do Algarve S. A, que amanhã poderão, quem sabe, ser totalmente privatizada e então terá concerteza um papel muito mais importante nesta questão e aí podemos eventualmente e sem estarmos a ter a pretensão de comandarmos os destinos da evolução das águas do Algarve S.A, poderemos estar a caminhar para uma privatização. Mas vamos esperar, quem manda nisto, apesar de tudo, é a Lei. E que a Lei imponha alguns requisitos, que haja de respeitar, para que não se dê assim sem mais nem menos, a privatização. Outros pontos que aqui foram apontados, levam-nos a pensar que este Regulamento, da iniciativa da Câmara Municipal PSD, que legitimamente no uso do seu poder, por ter sido legitimada pelo voto popular, resolve fazer este Regulamento. Não quer o Partido Socialista estar perfeitamente amarrado nisso, não tem forçosamente



de o respeitar, pode estar à vontade para amanhã, se algum ponto for criticado, no nosso ponto de vista, acontecer nesta questão das águas, não queremos estar amarrados a este regulamento. Por isso, penso que a posição de abstenção é racional e deve ser aceite. Estas coisas devem ser aceites, em democracia. Não é obrigatório e embora compreendendo raciocínios mais rápidos e objectivos e tirando a "ganga" para fora, que é a questão da abstenção (talvez por ser uma coisa considerada ser de outra personalidade, não tem um lado tão radical, nem fundamentalista), mas podemos manter um pouco à margem. Eu devo dizer que não gosto muito de me abster, mas nesta questão penso que é a posição mais sensata e mais correcta. Por isso, penso que é perfeitamente pensável a abstenção. Ele sempre seria aprovado, mas sem a maioria, fá-lo-ão, nós desvinculamo-nos disso. -----

Francisco Calhau - Eu queria centrar a discussão, novamente, á volta do consenso. Trabalharam nesse consenso em torno de uma proposta, que agora se pretende votar, ou votamos a posição de consenso que saiu da Comissão. Nós, pessoalmente, também temos dois pequenos ajustes que consideramos que não contrariam o sentido do consenso que foi obtido na Comissão e que se baseiam na defesa dos interesses dos próprios munícipes. Uma delas é o art. 57º n.º3, em que entendemos que se deve salvaguardar a situação relativa aos contadores já instalados. Nessa situação, se não houver obras, como acontece com os contadores da electricidade, que obrigam ao licenciamento da Câmara, esses contadores manter-se-ão onde estão, portanto não faz sentido ir obrigar as pessoas a alterar os contadores. É uma das propostas que nós achamos que refina um pouco, sem alterar nem adulterar o trabalho da Comissão. A outra, é uma pequena clarificação no art.86º, em que se pretende no ponto dois clarificar que se está a referir aos escalões de prestação mensal. Entendemos que não fica mal, a favor do munícipe, definir que os escalões que estamos a falar, são escalões de aplicação mensal. Isto está implícito, mas fica mais claro. Não é obrigatório, apenas entendemos que pode ajudar e não adultera de forma alguma, o princípio de consenso que foi obtido pela Comissão. Voltamos a centrar a proposta no trabalho da Comissão, que aliás, gostaria de dizer que pelas indicações que temos e a acta transcreve isso, o Sr. deputado Vitor Neto também defendeu que achava muito positivo existir uma Comissão para tratar deste assunto. Entendemos que, se o trabalho da Comissão é importante, se o Partido Socialista o considerou importante, não faz sentido, agora, estarmos a centrar a discussão fora daquele consenso que foi obtido na Comissão. Por outro lado, com o devido respeito pela posição política que o Sr. Fernando Neves acabou de expressar, estamos de acordo também e até porque somos leigos nessa matéria, mas ouvi com muita atenção o que o Dr. Francisco Cabrita disse, parecendo-me claro que a aprovação do Regulamento não vem impor, naturalmente, a privatização do fornecimento de água. São questões completamente diferentes e mesmo que não esteja claro no regulamento, o votar o Regulamento não implica que estejamos a votar a privatização da água. Existem Leis e essa Leis são superiores ao Regulamento, portanto, não é o Regulamento que vai alterar isso. Também entendemos, que essa preocupação na posição política, fica salvaguardada na base deste esclarecimento que o Dr. Fernando Cabrita deu e que subscrevo, sobre essa matéria. -----

Fernando Neves - Esta discussão já está a ir um pouco para além daquilo que deveria ir, embora sejam pontos importantes. O Dr. Fernando Cabrita "abla" malabarismo, tenta confundir as coisas. Aquilo que eu disse em relação ao partido Socialista deve ter interpretado mal. Eu respeito a posição do Partido Socialista e não só, também de uma pessoa em singular. Eu respeito a vossa posição, assim como vocês devem respeitar a nossa, apesar de estar aqui só uma cadeira e não uma bancada. O que eu quis dizer, o Senhor não apanhou, apesar de ter todo esse malabarismo. Eu quis dizer, em termos políticos, se o partido Socialista estivesse além (na Mesa), iria votar favoravelmente, mas agora está do lado oposto. Nós sabemos como é. Tudo isto é malabarismo político. A minha intenção não foi essa que o Senhor quis dar a entender. -

Carlos Gabriel - Sobre a nossa proposta de alteração, surgiu agora uma outra no art.86º, n.º2. No fundo, seria substituí, apenas com duas palavras a alteração que nós propusemos no art.96º. Nós propusemos no art.96º, que a atribuição de escalão será dividindo a leitura pelo número de meses da mesma e se no art.86º pusermos "o consumo doméstico refere-se às habitações e terão cinco escalões, que serão mensais", ficará salvaguardado que os escalões serão mensais e assim já não será necessário acrescentar uma frase ao art.96º. Sobre o art.2º e que quase não se falou, nós sugerimos essa alteração, mas ficamos com algumas dúvidas. Retirar "nos limites da sua área de jurisdição", porquê? Porque à conhecimento, que existem contadores noutros concelhos que estão a ser fornecidos pelo concelho de Albufeira. Acho que a Assembleia se deveria pronunciar relativamente a esta alteração. Nós achamos que deve ser retirado. -----

Vitor Neto - É apenas para tranquilizar o nosso amigo Fernando Neves. Aqui não há malabarismo. Em primeiro lugar, porque não é nenhum circo, é a Assembleia Municipal, e em segundo lugar, se nós estivéssemos daquele lado, não era esta a proposta que faríamos. -----

Pedro Ferro - Pedia um esclarecimento ao Sr. Francisco Calhau, à bancada do PSD, sobre o que defenderam à pouco. Se vocês propunham a supressão do n.º3 do art.57º: "*Os proprietários ou usufrutuários com contadores já instalados à data de entrada em vigor do presente Regulamento...*" De facto, é fazer uma aplicação retroactiva sobre situações que já estão localizadas. Vocês propõem a supressão deste artigo na sua globalidade? -----

Francisco Calhau - Propomos uma alteração. -----

Pedro Ferro - Este artigo está aqui a mais. Tem de ser automático. Todo o projecto tem de obedecer às normas. -----

Francisco Calhau - Nós propomos um acréscimo que altera completamente esse sentido. "*Os proprietários ou usufrutuários de prédios com contadores já instalados, à data da entrada em vigor do presente regulamento, sem as condições referidas nos pontos anteriores...*" e agora dizemos o seguinte: "no caso de obras nos seus prédios sujeitas a licenciamento municipal", então aplica-se isto. -----

Pedro Ferro - Outra questão: Se no art.67º, ponto 3 e ponto 4, há uma contradição entre os dois pontos, onde se refere, "*Nos casos de pequenas alterações das redes de distribuição interior, pode a Entidade Gestora autorizar a apresentação de documento*"

*onde se indique o calibre e extensão das canalizações interiores que pretendam instalar, e o numero e localização dos dispositivos de utilização" e depois diz "Nenhuma rede de distribuição interior de água poderá ser executada ou modificada..." Numa diz que pode e noutra diz que não pode. Além disso, estas pequenas alterações têm a ver com aquilo que está no D.L. n.º 555, do licenciamento municipal, prevê que as alterações interiores, não estão sujeitas nem a autorização nem a licenciamento municipal, só estão sujeitas a uma informação ao município das alterações a nível arquitectónico, não ao nível de especialidades. Ou seja, isto entra em contradição, na minha opinião e não sou jurista. Portanto, daí a minha questão, se vocês prevêem essas alterações. -----*

Presidente da Assembleia - Tenho a lamentar que esta Comissão não tenha clarificado tudo muito bem, para que as questões tenham vindo bem arrumadas para esta Assembleia, com aquilo que eram elementos de consenso, com aquilo que eram elementos de dissonância e que todos tivessem contribuído com propostas concretas para este Regulamento. Aquilo que eu sinto, é que os trabalhos foram perfectos, mas foram incompletos. Da análise feita, isso só pode ser imputado aos membros da Comissão e a nós todos, membros da Assembleia Municipal, que não fizemos aquilo que nos competia, que era ler o Regulamento muito bem para virmos com as propostas arrumadas. Temos uma proposta que veio da Câmara e essa proposta, evidentemente, não temos que ficar com ela e podemos com toda a liberdade, cada um de nós, propor as suas alterações. Não podemos deixar que o município fique sem Regulamento. Eu, no meio desta confusão toda, vou arrumar as ideias em relação às propostas que existem, para colocar a votação. Suspendia a sessão por cinco minutos. Há algo que estou a pensar aqui introduzir, é a faculdade de esta Assembleia Municipal poder, num período de seis meses, por exemplo, por sua iniciativa, pedir a revisão deste Regulamento. Porque, se de facto considero, uns são motivos de abstenção, outros são motivo de contra, outros já se contradizem um pouco em termos de propostas, até nos arriscamos a quebrar a harmonia que o documento bem ou mal terá. Penso, por a votação a proposta que vem da Câmara, tal e qual como ela está apresentada, seguindo-se de cada uma das propostas de alteração, uma será da Comissão, outra do Sr. Neves, outra do PSD e irão ser votadas ponto a ponto. Aquelas que forem sobre o mesmo artigo, terão que ser votadas em alternativa. Penso que é a metodologia melhor, senão, não saímos daqui. Suspendo a sessão por cinco minutos, para arrumar as ideias que tenho aqui em cima da mesa. -----

Fernando Neves - Não estou muito de acordo com a análise que o Dr. fez sobre o grupo de trabalho. O grupo de trabalho formulou um documento, mas em termos partidários é completamente diferente. -----

A sessão é suspensa. Reaberta a sessão, cerca das vinte e três e trinta horas, o Presidente coloca a votação o Regulamento e as propostas de alterações. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DA C.M.A.** -----

Votos contra: um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson

de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMISSÃO** -----

**Art.2º - Retirar "nos limites da sua área de jurisdição"** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA CDU** -----

**Art.2º, n.º 3 - Retirar** -----

Votos a favor: um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Votos contra: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta não foi aprovada** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA CDU** -----

**Art.5º, n.º 2 - Retirar** -----

Votos a favor: um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: dez (10) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Votos contra: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta não foi aprovada** -----

-----  
**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMISSÃO** -----

**Art.7º, n.º 25 – Retirar “ou mandatatar terceiros para esse efeito”** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

-----  
**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMISSÃO** -----

**Art.7º, n.º 29 – Substituir “rentabilidade” por “eficiência”** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

-----  
Presidente da Assembleia - Agora temos duas propostas sobre o mesmo artigo, logo vamos VOTAR EM ALTERNATIVA -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (Art.57º, n.º 3)** -----

APRESENTADA PELA COMISSÃO - Eliminar “A entidade gestora deve suportar os custos das alterações”: zero (00) votos favoráveis -----

APRESENTADA PELA BANCADA DO PSD - Acrescentar “Os proprietários....pontos anteriores, no caso de obras nos seus prédios, sujeitas a licenciamento municipal, deverão promover....”: quinze (15) votos favoráveis -----

Os restantes membros não votaram -----

-----  
**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA COMISSÃO** -----

**Art.68º, n.º 2, alínea I) – Substituir a expressão “Outros pormenores...” por “Outros desenhos de pormenor...”** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José

Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PSD** -----

**Art.86º, n.º 2 - Acrescentar "Os consumos....cinco escalões mensais: o primeiro até..."**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

Presidente da Assembleia - Espero que na próxima Comissão e temos mais uma Comissão em curso, possa vir ainda melhor trabalho do que o que foi feito. De facto, a Comissão, para assuntos específicos, faz todo o sentido e estes que são complicados, naturalmente que dão trabalho fazer a sua análise. Houve trabalho que esta Comissão fez que eu saúdo, mas vamos ver se de futuro teremos melhor trabalho. Temos sempre de melhorar, em relação a estes trabalhos das Comissões e da própria Assembleia. ----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da aquisição de serviços de manutenção e conservação dos campos de futebol municipais da Quinta da Palmeira na freguesia de Albufeira, da Nora na freguesia de Ferreiras e da Guia na freguesia da Guia - Concurso Publico; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Naturalmente, que o executivo camarário continua a entregar estes serviços a entidades privadas. Numa sessão em Paderne, quando a CDU perguntou quanto é que se estava a gastar com esses serviços, nunca obtivemos resposta. Sabíamos os valores apresentados pelo concurso. A CDU vai votar contra. Houve também um elemento do Partido Socialista que colocou uma questão sobre estudos económicos e a resposta que obteve foi, "estudos económicos qualquer um os faz", dito por um vereador que já não pertence a este executivo. Nunca obtivemos qualquer tipo de resposta em relação aos custos que a Câmara teria com os funcionários da Câmara. E se não estavam em condições de efectuar o serviço, deveriam ser administrados cursos para esse efeito, já que são feitos tantos cursos. Se não nos enganamos nas contas, o valor vai rondar três mil e quinhentos contos por mês (falando ainda em contos), para essa manutenção. Nós pensamos que, com tanto serviço que fazemos,

podem estar certos que iria custar menos aos munícipes se esta manutenção fosse efectuada pela Câmara. -----

Presidente da Câmara - Quero dizer que a incapacidade dos nossos serviços fazerem esta manutenção tem a ver com o pessoal que temos. Não há aqui nenhuma intenção de entregar propositadamente esta manutenção a terceiros. Não temos capacidade de resposta por parte do nosso pessoal, não têm condições para fazer todos estes trabalhos. O Senhor deve saber quantos intendentes temos, quantos metros quadrados de zonas verdes temos, portanto, tudo isto tem que ser equacionado. E o Desporto, e a Formação e tudo aquilo que se envolve, obviamente que tem de estar em condições. Nós não temos pessoal, em termos de quantidade, suficiente para poderem fazer este trabalho e toda a manutenção dos parques verdes que nós temos. Estes valores que aqui estão, é preciso também ver que a Câmara é ressarcida em quantidade de metros cúbicos que são gastos em água, que depois são recebidos pela Câmara. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria** -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação da escritura publica de aumento de capital social-subscrição de acções do "Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D.", nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

O membro Paulo Freitas ausenta-se da sala antes de entrar em discussão o ponto apresentado. -----

Fernando Neves - Eu lembro-me do Dr. Fernando Anastácio levantar aqui esta questão em relação à S.A.D. do Imortal e a resposta do Presidente foi, que não estava munido de elementos para dar a resposta. Curiosamente aparece aqui este assunto. Torceu tanto para esse lado, até que foi. É para receber dinheiro das acções que compraram á S.A.D., não é? -----

Presidente da Câmara - É um erro formal, a Câmara vai receber quarenta cêntimos. ---

Fernando Neves - Mas vai receber. Agora não vou entrar aqui em pormenores sobre o que se passa em relação a isto, é muito complicado. -----

Presidente da Câmara - A informação que tenho é que vai haver uma Assembleia da S.A.D., no dia sete e aí serão apresentadas contas. -----



Fernando Neves - O Senhor esteve na anterior Assembleia, que eu sei que esteve. ----

Presidente da Assembleia - Vamos apenas se cingir ao ponto que está em análise. -----

Fernando Neves - Vemos isso noutra altura. Foi pena que na altura quando se perguntou o que se passava com a S.A.D., não houve resposta. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

O membro Paulo Freitas, encontrava-se ausente da sala. -----

De seguida, o membro Paulo Freitas regressa à sala. -----

## PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de reconhecimento de interesse público municipal - Empreitada Sistema de Drenagem de São Rafael. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Pergunto, onde é que está localizada esta nova Estação Elevatória, vem aqui no mapa, mas eu tenho dificuldade em fazer a sua leitura. -----

Presidente da Câmara - Fica junto ao Parque de estacionamento, do lado nascente. ----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Pedro Ferro, Nelson de Melo, Ana Vieira, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa, José Cabrita e Fernando Neves. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 28 de Julho de 2006 -----  
-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_  
-----

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_  
-----

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_  
-----

